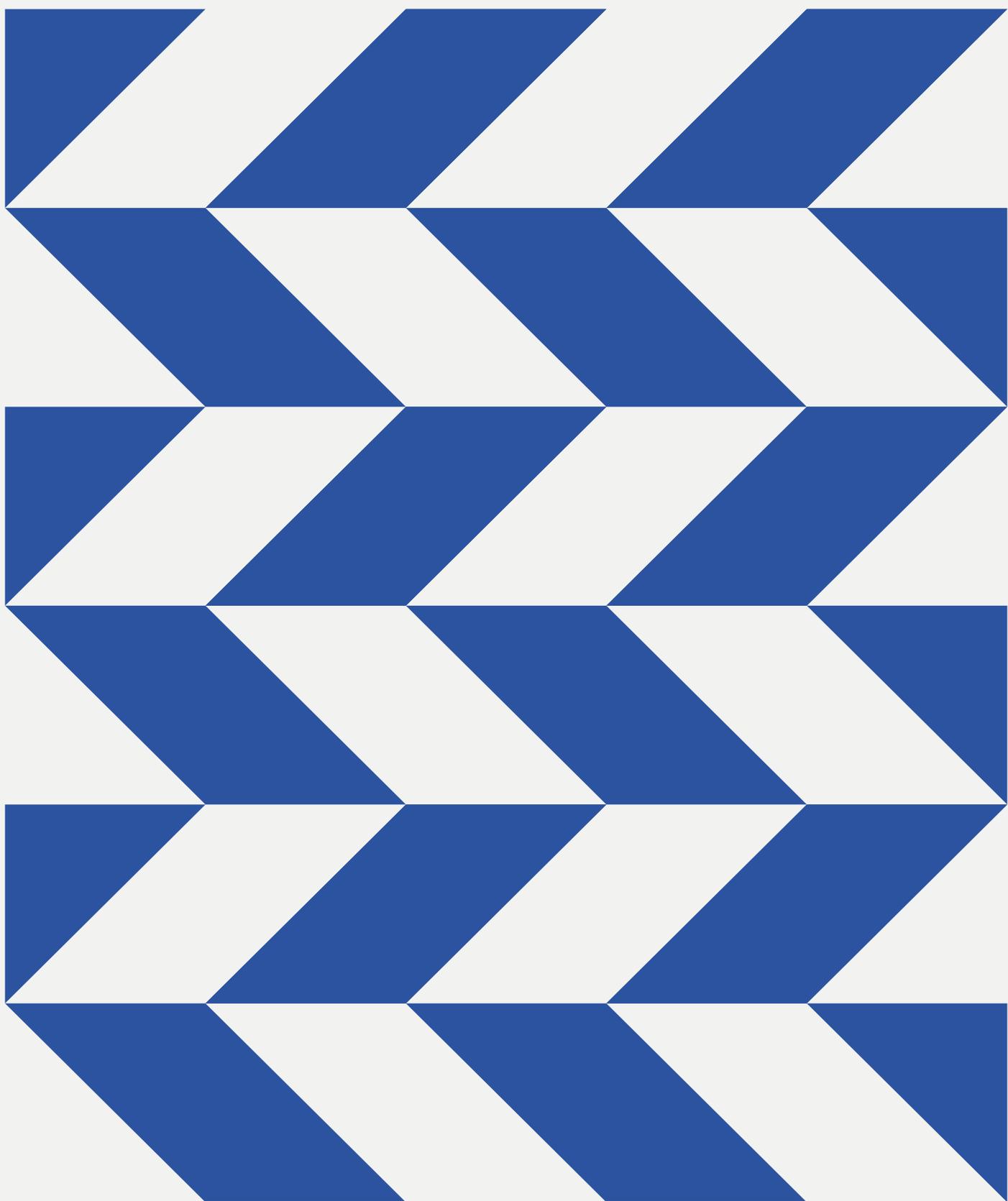


Bindi





B.

Revista Bindi: cultura, democracia e direito

Bindi Journal: Culture, Democracy and Law

Ano 2 · vol. 2 · janeiro-junho / 2023

DOI: [10.5281/zenodo.8356127](https://doi.org/10.5281/zenodo.8356127)

Conselho editorial

Dr. **Alfonso Ruiz Miguel** (Universidad Autónoma de Madrid - Madrid/Espanha); Dr. **Alfredo Attíe Jr** (Universidade de São Paulo - USP - São Paulo/SP); Dr. **Assis Brandão** (Universidade Federal de Pernambuco - UFPE - Recife/PE); Dra. **Bethânia Assis** (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - Porto Alegre/RS); Dr. **Celso Campilongo** (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP - São Paulo/SP - Universidade de São Paulo - USP - São Paulo/SP); Dr. **Celso Lafer** (Universidade de São Paulo - USP - São Paulo/SP); Dra. **Daniela Mesquita Leutchuk de Cadermatori** (Universidade La Salle (Unilasalle - Canoas/RS); Dr. **Diego Dantas** (Universidade Federal Fluminense - UFF - Niterói/RJ); Dra. **Elza Boiteux** (Universidade de São Paulo - USP - São Paulo/SP); Dra. **Flávia Piovesan** (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP - São Paulo/SP); Dr. **Francesco Pallante** (Università degli studi di Torino - Itália); Dra. **Gisele Mascarelli Salgado** (Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo - FDSB - São Bernardo do Campo/SP); Dr. **Giuseppe Tosi** (Universidade Federal da Paraíba - UFPB - João Pessoa/PB); Dr. **José Alcebiades de Oliveira Júnior** (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS - Porto Alegre/RS); Dr. **José Antonio Magalhães** (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio - Rio de Janeiro/RJ); Dr. **José Dias** (Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE - Toledo/PR); Dr. **José Ricardo Cunha** (Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ - Rio de Janeiro/RJ); Dra. **Ludmila Franca-Lipke** (Universidade Livre de Berlin - Alemanha); Dr. **Marcelo de Azevedo Granato** (Instituto Norberto Bobbio - São Paulo/SP); Dr. **Marcio Renan Hamel** (Universidade de Passo Fundo - UPF - Passo Fundo/RS); Dr. **Massimo Cuono** (Università degli studi di Torino - Itália); Dr. **Michelangelo Bovero** (Università degli studi di Torino - Itália); Dra. **Monica Herman Salem Caggiano** (Universidade de São Paulo - USP - São Paulo/SP); Dra. **Nádia Urbinati** (Universidade de Columbia - EUA); Dr. **Philip Petit** (Universidade de Princeton - EUA); Dr. **Rafael Salatini de Almeida** (Universidade Estadual de São Paulo - UNESP - Marília/SP); Dr. **Roberto Bueno Pinto** (Universidade Federal de Uberlândia - UFU - Uberlândia/MG); Dr. **Samuel Antonio Merbach de Oliveira** (Universidade Paulista - UNIP - São Paulo/SP); Dr. **Sérgio Candido de Mello** (Universidade de São Paulo - USP - São Paulo/SP); Dra. **Silvia Pimentel** (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP - São Paulo/SP); Dr. **Tércio Sampaio Ferraz Júnior** (Universidade de São Paulo - USP - São Paulo/SP); Dra. **Valentina Pazè** (Università degli Studi di Torino - Itália); Dr. **Willis Santiago Guerra Filho** (Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ - Rio de Janeiro/RJ).

Autores(as) (deste volume)

Benoit Frydman (Université Libre de Bruxelles - Bélgica); **César Mortari Barreira** (Instituto Norberto Bobbio - INB - São Paulo/SP); **Erik Chiconelli Gomes** (Universidade de São Paulo - USP - São Paulo/SP); **Frederico Lopes de Oliveira Diehl** (Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR - Campo Mourão/PR); **Isabella Coimbra Pires de Mello** (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUCMG - Belo Horizonte/MG); **Keven Enzo Feitosa Ramos** (Faculdade Católica de Anápolis - Anápolis/GO); **Lucas Fucci Amato Barros** (Universidade Presbiteriana Mackenzie - São Paulo/SP); **Nadia Urbinati** (European University Institute - Florença - Itália); **Norberto Bobbio** (Università degli Studi di Torino (In memoriam) - Itália); **Raíssa Moreira Lima Mendes Musarra** (Universidade de São Paulo - USP - São Paulo/SP); **Rômulo Monteiro Garzillo** (Universidade Nove de Julho - UNINOVE - São Paulo/SP); **Thiago Silveira Annunziato** (Instituto Norberto Bobbio - INB - São Paulo/SP)

Coordenação científica-editorial

Dr. Frederico Lopes de Oliveira Diehl; Dr. César Mortari Barreira; Dr. Marcelo de Azevedo Granato; Ms. Lévio Scattolini; Esp. Willians Meneses.

Equipe editorial

Coordenação Científica-Editorial

Editores-chefes: Dr. César Mortari Barreira e Prof. Dr. Frederico Lopes de Oliveira Diehl

Editores-assistentes: Dra. Raíssa Moreira Lima Mendes Musarra, Dr. Marcelo de Azevedo Granato, Ms. Lévio Scattolini e Esp. Willians Meneses

Capa e Diagramação: Igor Alves da Silva

Coordenação Editorial: Willians Meneses

Diretoria executiva

Presidente Celso de Souza Azzi

Vice-presidente Ary Oswaldo Mattos Filho

Conselheiro Raymundo Magliano Neto

Diretor Executivo César Mortari Barreira

Diretor Jurídico Marcelo Granato

Coord. Geral Lévio Scattolini Oscar Júnior

Secretário Guido Urizio

Colaborador Marcelo de Azevedo Granato

Pesquisas César Mortari Barreira, Júlia Albergaria, Lévio Scattolini Oscar Júnior e Raíssa M.L.M. Musarra

Designer Igor Alves da Silva

Coord. de Comunicação Thiago Silveira Annunziato

Gestora de Projetos e Pesquisadora Raíssa M. L. M. Musarra

Coord. Editorial Willians Meneses

Gerente Financeira Luana Silva

Gerente Administrativa Kelly Cristina

Estagiário Pesquisa Robson Gomes

Endereço para visitas

Avenida Ipiranga, 344, Edifício Itália,
Conjunto 22B República - São Paulo/SP

Endereço para correspondência

Avenida São Luiz, 50, Conjunto 22B República -
São Paulo/SP - CEP: 01046-926

Horário de funcionamento

Segunda-feira a sexta-feira, das 14h às 18h

Telefone: +55 (11) 3129-7076

E-mail: instituto@inb.org.br

Visite nosso site: www.inb.org.br

© edição e distribuição do INSTITUTO NORBERTO BOBBIO

A Revista Bindi está licenciada sob a Licença Creative Commons Attribution 4.0 International (CC BY 4.0).

As opiniões expressas nos artigos são de responsabilidade dos autores.

Revista Bindi: Cultura, Democracia e Direito



Nadia Urbinati



Ph.D., European University Institute, Florença, 1989, é uma teórica política especializada no pensamento político moderno e contemporâneo e nas tradições democráticas e antidemocráticas.

Ela co-presidiu o Columbia University Faculty Seminar on Political and Social Thought e foi co-editora com Andrew Arato da revista acadêmica *Constellations: An International Journal of Critical and Democratic Theory*. É membro do Comitê Executivo da Fundação Reset Dialogues on Civilization e da Feltrinelli Foundation (Milão).

Entrevistada por:
Me. Lévio Oscar
Scatollini Jr.



Doutorando em Sociologia pela Universidade de Campinas - UNICAMP

Coordenador Geral do Instituto Norberto Bobbio - INB

E-mail: levio@inb.org.br

DOI: [10.5281/zenodo.8356440](https://doi.org/10.5281/zenodo.8356440)

Entrevista

Entrevista com Nádia Urbinati:

Sociedade civil, democracia e neoliberalismo

Interview with Nádia Urbinati

Civil society, democracy and neoliberalism

Resumo

Trata-se de entrevista feita com a professora Nadia Urbinati, em outubro de 2017, na Universidade de Columbia, Nova York. São abordadas questões sobre a origem, conceituação e fundamentos da Sociedade Civil, bem como seu desenvolvimento em meio a consolidação dos estados democráticos no Ocidente ao longo dos séculos XIX e XX. No cenário atual, discute-se como a ascensão do neoliberalismo como ideário hegemônico de gestão macroeconômica e organização do Estado e, conseqüentemente, a queda do Estado de Bem-estar social, são determinantes para as crises democráticas e de representação experienciadas nas duas primeiras décadas do século XXI. As reflexões de Nadia Urbinati remetem a imaginação para novas formas de organização da sociedade civil que contemplem o cidadão e a cidadania de modo institucionalizado no Estado, nas políticas públicas e nos próprios partidos, de modo que a representação e a participação dos interesses sociais se façam presentes.

Palavras-chave

Sociedade Civil.

Democracia.

Neoliberalismo.

Representação. Populismo.

Democracia de Audiência.

Cidadania.

Abstract

This is an interview with Professor Nadia Urbinati, in October 2017, at Columbia University, New York. Questions about the origin, conceptualization, and foundations of Civil Society are addressed, as well as its development amidst the consolidation of democratic states in the West throughout the 19th and 20th centuries. In the current scenario, it is discussed how the rise of neoliberalism as a hegemonic ideology of macroeconomic management and state organization and, consequently, the fall of the Welfare State, are determinant to the democratic and representation crises experienced in the first two decades of the 21st century. Nadia Urbinati's reflections conjure up new ways of organizing civil society that contemplate the citizen and citizenship in an institutionalized manner inside the State, in the public policies, and in the political parties themselves, so that the representation and participation of social interests are present.

Keywords

Civil Society. Democracy.
Neoliberalism.
Representation. Populism.
Audience Democracy.
Citizenship.

Lévio: - Obrigado por nos receber, Profa. Nadia. Primeiro gostaria de saber, em linhas gerais, como a sociedade civil se originou ao redor do mundo?

Bem, essa é uma longa história. É difícil responder a pergunta considerando o mundo inteiro, porque a sociedade civil é um fenômeno verdadeiramente ocidental, tanto como conceito, quanto história. Agora, se ela se expandiu ao redor do mundo em razão da ocidentalização da cultura política, particularmente, após a segunda guerra mundial, essa é outra questão. O que, a meu ver, não tem relação com a origem da sociedade civil.

O desenvolvimento da sociedade civil é acompanhado por uma história complexa que implica contribuições diferentes, de tradição republicana e tradição liberal. Se retornarmos ao início da modernidade, notamos que as repúblicas humanistas da Itália e do norte da Alemanha, possuíam uma forma antiga de sociedade civil. Naquela época, havia um sistema financeiro autônomo e um sistema social baseado na propriedade privada, artesanato e atividades empresariais. Tudo isso estava separado da atividade política. Entretanto, ainda não estava presente um sistema de direitos, que depois viria a se desenvolver na modernidade, capaz de ser autônomo tanto da sociedade econômica e civil quanto do Estado como um sistema de tomada de decisão. A fim de alcançar tal estágio, a tradição humanista forneceu a esta ideia uma filosofia do individualismo, uma filosofia do empreendedorismo, enfim, uma filosofia que compreende a existência de um tipo de liberdade diferente da liberdade política.

Esta importante história incipiente da sociedade civil começou a se tornar crucial e muito bem desenvolvida no mundo protestante, e mais ainda com as grandes revoluções dos séculos XVII e XVIII. Junto com tudo isso, ocorreu uma reelaboração no interior do pensamento político, em especial da tradição republicana. Aqui, com destaque para Montesquieu, embora não seja o único, começou-se a entender que a ideia de sociedade civil era uma criação inglesa do século XVIII. Podemos encontrar isso em Adam Smith, David Hume, Shaftsbury e na chamada ilustração escocesa de Ferguson, por exemplo. Para estes autores, existe um domínio que não é propriamente privado, mas tampouco é do Estado. É um domínio formado pela interação entre pessoas por meio de sua presença pública na arena que está “fora de casa”, mas ainda não está dentro do estado. Assim, as pessoas começam a criar costumes e tradições, boas maneiras para conversar e trocar pontos de vista. Isso é o que Jürgen Habermas chama de opinião social, esfera social de produção de opiniões ou de conceituação ética. Este fenômeno acompanhou não apenas a organização econômica da sociedade, numa economia de mercado, como também uma organização dos estados politicamente baseada em direitos.

Para ser mais precisa, eu diria que a definição de sociedade civil como conhecemos hoje é fruto da contribuição de Hegel. No sentido de que foi ele - embora Norberto Bobbio também analise o assunto com propriedade - que isolou uma esfera de comportamento moral e social fundamental para a formação da opinião e, por isso, também fundamental para o sistema de governo representativo. Essa sociedade civil é baseada, por um lado, na auto-suficiência individual e, por outro, em graus muito baixos de identificação comunitária. Em vez desta última, existe um importante tipo de identificação por associação, como agregações de acordo com interesses, ideias e pontos de vista. Ou seja, um mundo inclusivo para diferentes visões e ideias, essencialmente pluralista e que, por isso, não aceita posições intolerantes.

Tudo isso é imprescindível para a existência de uma sociedade liberal. No século XIX, era muito claro o porquê seria indispensável ter direitos individuais para a concepção do que seria “uma boa vida” em termos de opinião privada, não íntima e nem política, mas com um impacto importante nas visões políticas. Então, é no século XIX que se cria esse domínio tão importante, a Sociedade Civil, assim como o Estado Constitucional, o estado liberal constitucional - não democrático -, que foram as expressões mais importantes desta época. Porém, hoje estamos em uma situação diferente.

Lévio: Quais são as relações da sociedade civil com a política e a economia? Como a sociedade civil atua sobre e influencia essas duas áreas?

Isso é exatamente o que temos hoje. No passado, pelo menos no século XIX, o interesse econômico deveria ser completamente autônomo do estado e da sociedade civil. Assim sendo, a vida organizacional era dividida em três partes: família, economia e sociedade civil. A sociedade civil estava fora da família e fora da economia. Era uma espécie de domínio no qual os seres humanos livres podiam interagir e influenciar-se mutuamente em termos de idéias morais e políticas.

Porém, na medida em que o Estado torna-se democrático, com a adoção do sufrágio universal e a formação de instituições capazes de refletir e serem influenciadas pelas ideias dos cidadãos - como, por exemplo, os partidos políticos, organizações sociais, sindicatos, associações etc-, modificou-se aquele cenário presente no século XIX, de um Estado pequeno baseado na organização da polícia e na defesa contra inimigos externos. Agora o estado é mais ativo dentro da sociedade. É uma fábula pensar que a economia pode viver sozinha e ser totalmente independente da esfera política. Sabemos muito bem que há documentos históricos que refletem como a organização econômica moderna exige a

presença de um estado, uma vez que os direitos são muito amplos. Não há, de fato, tanta liberdade negativa como nos disseram muitos autores liberais radicais. Na verdade, os estados precisam se envolver na proteção dos direitos básicos, bem como precisam exigir o direito à propriedade. Este é um direito que não se sustenta por si próprio e requer um sistema de polícia. Mas também requer uma organização estatal junto à burocracia e ao judiciário, instituições funcionais para atender a esses objetivos.

De facto, a separação das esferas é um mito; mas é também um mito a separação da sociedade civil. Porque na sociedade civil as pessoas se organizam, criam movimentos de opiniões e apontam problemas, que impactam as decisões tomadas dentro das instituições. Nesse sentido, ela não é tão despolitizada ou apartada da política. Baseia-se em pessoas que estão dispostas a influenciar o sistema político. E este sistema, à sua maneira, quer ter o apoio da sociedade civil para seguir por um ou outro caminho.

Assim, a democracia representa uma nova forma de governo. Os três níveis - família, economia e sociedade civil - estão tão misturados que o Estado precisa colocar limites para si próprio. Nesse sentido, a constituição é um processo importante de auto-limitação desses enormes e pesados estados para regular as relações públicas e privadas dentro da esfera econômica e social. Fazer uma distinção agora é muito complicado. Na verdade, é mais um objeto de contestação do que objeto de definição. Não se pode ter uma definição clara. Mesmo o direito de liberdade de expressão, por exemplo, que parece ser o direito por excelência dos indivíduos, está conectado a um sistema de educação, informação e interesses que o torna uma ferramenta para a vontade política. Até o direito à propriedade, o mais importante em uma sociedade civil ou organização liberal da sociedade não está plenamente desvinculado. A propriedade privada, embora correta na teoria e acessível a todos, precisa ser regulada para não se tornar tão excludente para as pessoas que não a possuem. Assim, também ela se torna auto-limitada.

O que chamamos de democracia hoje em dia é um sistema complexo de limitação e auto-limitação. A distinção agora é mais borrada do que perfeitamente delimitada.

Lévio: Você poderia nomear as principais lutas e desafios da sociedade civil no mundo de hoje? Elas são diferentes das lutas e desafios quando a sociedade civil estava sendo formada?

Sim e não. Há continuidades como de costume, mas “hoje” significa depois da Segunda Guerra Mundial ou “hoje” significa atualmente?

Lévio: - Me refiro ao momento posterior à implementação do neoliberalismo, na década de 1970.

Bem, há diferenças especialmente porque a democracia tinha uma ambição, e lutar contra o nazi-facismo permitiu que essa ambição se materializasse em constituições e estados políticos como os conhecemos. A ambição era de permitir uma espécie de compromisso entre capital e trabalho para criar uma cidadania inclusiva para todos. Isto é, também para aqueles que não possuíam propriedade, sem ser um risco para os poucos que têm propriedades.

Porque se “os muitos” têm emprego, se “os muitos” fazem parte da classe média, se “os muitos” podem planejar a vida de maneira razoavelmente decente para si e para suas crianças, “os muitos” podem se tornar uma ameaça para “os poucos”. Mas, na verdade, não são uma ameaça porque sentem que são parte do jogo de bem estar. Embora diferentes e inferiores em termos de quantidade de ativos materiais que possam ter, eles não se sentem verdadeiramente inferiores, já que têm direitos iguais e experimentam possibilidades iguais. Contudo, este mundo que eu chamo de democracia representativa ou de democracia partidária, como conhecíamos alguns anos atrás, está agora desmoronando.

Esta é uma longa história que deve começar a partir dos anos setenta, com o fim do acordo de Bretton-Woods e as crises do petróleo. Nesse momento desencadeou-se uma crise que alterou completamente os rostos de muitas sociedades. Novos desafios, medidas de austeridade e diferentes percepções do papel do Estado começaram a surgir. Até este momento, graças às manifestações dos movimentos democráticos contra o nazi-facismo, a democracia encontrava-se muito bem posicionada na sociedade, capaz e disposta a entrar na distribuição social de poderes, ela também na competição entre diferentes classes.

Depois dos anos setenta, gradualmente - e de forma mais explosiva após o fim da guerra fria -, a situação mudou muito. Em primeiro lugar, o Estado de bem-estar social deixou de ser uma ideia hegemônica, amplamente partilhada, e de acordo com a qual todos os cidadãos deveriam fazer parte e ter direito ao “bem-estar”. Agora, um movimento contra-hegemônico está se tornando cada vez maior, com uma visão mais liberal e menos socialmente democrática. Para este movimento, o Estado não deveria ter esse tipo de ambição. No máximo, ele deveria intervir quando a situação é arriscada ou problemática, como no caso da pobreza, de crises institucionais ou do desemprego. Essas crises radicais obrigam que o Estado intervenha de propósito.

Assim, em substituição aos direitos sociais universais e distribuição universal de bem-estar, agora o Estado encontra-se desvinculado da sociedade, a menos que existam situações de necessidade. É a mesma ideia de “decisões extraordinárias” e “decisões necessárias”, e não uma atuação de decisões ordinárias normais como existia antes. Então, em vez de termos direitos sociais, agora temos “auxílio social”; em vez de termos educação pública universal, temos serviços públicos de educação pública prestados por atores públicos e privados. Há uma verdadeira mudança “do Público” para a função ao invés “do Público” como fonte da organização da política pública.

Hoje lidamos com essa situação e por isso os desafios que se impõe são diferentes. Antes de tudo, até vinte anos atrás, a ideia da pobreza talvez não fosse conhecida dentro da democracia ocidental. Eu não estou falando de todas as democracias ocidentais, porque na América do Sul, por exemplo, a história é outra, mas na Europa, com a qual estou mais familiarizada. A palavra pobreza não estava no vocabulário. Sim, costumávamos falar sobre classe trabalhadora, organização proletária, sobre o poder político dentro da sociedade... mas não a ponto de qualificar alguém como cidadão pobre. Isso era considerado uma desgraça, porque na cidadania não se permite conceber alguém em termos de inferior e superior. Assim, o sentimento de impossibilidade de igualdade foi considerado não apenas em relação ao poder político, mas também à possibilidade de exercer esse poder político. E, portanto, dentro da sociedade civil.

Hoje é outra história, o mundo não está mais uniforme. Na América Latina, América do Norte, Europa, Europa Oriental e em algumas partes da Ásia, as democracias são mais parecidas do que eram há alguns anos atrás. A social-democracia mínima, mais liberal do que social, é mais orientada para preparar uma rede de ajuda para pessoas carentes do que para instituir políticas públicas sociais. Paradoxalmente, aqueles anos que eu defini como democracia partidária ou representativa, foram realmente apreciados por alguns poucos, basicamente, apenas países ocidentais após a Segunda Guerra Mundial. Agora, somos muito mais uniformes, muito mais parecidos uns com os outros, porque o social é mínimo em relação ao econômico, político e privado dentro da organização de nossos Estados.

Lévio: E como você vê o futuro da democracia e da representação?

Eu diria que esses são os grandes problemas do mundo de hoje, os grandes desafios.

Essas transformações sobre as quais estávamos falando mostram mudanças dentro das

democracias, no sentido de serem mais populistas e menos partidárias. Eu diria que são menos intermediadas, porque as sociedades atuais não se estruturam mais com tanta força e por lealdades como eram no passado. Os partidos políticos estão em declínio, mesmo que ainda estejam vivos, se tornaram simplesmente máquinas eleitorais, sem lealdades ideológicas que atraem pessoas e militantes. A imprensa e a grande mídia - como a televisão ou o jornal - também sofrem grandes mudanças e ameaças, em razão da expansão da internet e outras mídias horizontais não hierárquicas, que são muito mais baratas e acessíveis a todo mundo.

Assim, o mundo da opinião pública - ou o mundo público de opinião - está mudando drasticamente por causa das transformações tecnológicas e ideológicas que acometem a democracia representativa. Além disso, a condição de declínio da igualdade e o crescimento da pobreza transformam os próprios partidos em populistas ou “partidos muito parciais”. Eles ficam do lado do mercado, ao lado da implementação de políticas neoliberais de austeridade contra políticas sociais. É uma ideia de que “os muitos” e “os poucos” são os verdadeiros protagonistas. Nisso, os neo-republicanos são vociferantes (aqui, estou pensando no livro de John McCormick). A ideia de “os muitos” como a plebe, na Roma antiga, pessoas que não têm nada além de sua vontade nas mãos. Significa também que a igualdade formal que desfrutamos por meio das declarações de direitos é mais formal do que substancial. “Os muitos” e “os poucos” são agora, portanto, as duas grandes separações.

Em relação a isso, a própria representação muda. Porque a representação política, até recentemente, era baseada em uma organização plural de partidos que, embora ideológica, não se estruturava de modo polarizado, como ocorre hoje em dia. Isso é fundamental para mudar o governo democrático. De acordo com alguns teóricos, como Bernard Manin, estamos diante de uma transformação da democracia representativa para uma democracia de audiência, na qual líderes fortes - fora dos partidos ou mesmo criando seus próprios partidos - são capazes de acessar o poder por meio do uso das mídias. Tais políticos estabelecem uma relação direta com as pessoas e, assim, criam sua própria audiência e eleitorado. Este é o momento em que há uma espécie de transformação plebiscitária da democracia. As eleições tornam-se não apenas uma maneira de contar votos ou preferências e partidos diferentes, mas passam a ser usadas como estratégias para mostrar o poder de um líder contra o outro. Por um lado, os partidos são um mecanismo para ambições políticas. Por outro, são simplesmente movimentos mais elásticos e capazes de serem usados pelos líderes para mobilizar as pessoas a formarem uma audiência a seu favor ou contra seus inimigos.

Diante disso, podemos dizer que estas são formas de democracias populistas? Eu diria que sim. Mesmo na Europa é assim. O populismo está em toda parte.

Essas considerações não são enfraquecidas pelo fato de que Le Pen não ganhou na França ou que o partido populista fracassou na Holanda. Não é a eleição de um ou outro partido que nos revela a presença do populismo. É toda a organização do sistema representativo que está indo em direção a uma política mais populista. Meu país, a Itália, é um exemplo disso. Na Itália, como sabemos, o declínio dos partidos seguiu processos judiciais julgados pelo Tribunal. Um pouco como o que acontece no Brasil agora. Os juízes tiveram o poder de mudar o cenário ao mandar prender certos políticos que até eram corruptos, mas essa decisão não mudou totalmente o ambiente. Essa derrocada vai chegar a tal ponto que, em alguns anos, não haverá partidos antigos e novos partidos terão que ser criados. Mas o problema é que esses novos partidos são criados a partir do nada. Eles não têm nenhuma organização estável, qualquer ideologia, eles são apenas baseados na identificação com o líder. Assim, todos os partidos na Itália são em certa medida populistas. Todos os partidos! O populismo é uma condição da política, não é o nome ou a identidade de um partido específico. É o que acontece na Espanha e em quase todos os lugares.

Paradoxalmente, com uma longa tradição de populismo, a América Latina é um modelo agora para a Europa atual e para vários países como os Estados Unidos. As conexões e similaridades entre populistas como Trump e outros da América Latina existem, a exemplo de Berlusconi na Europa. Então, podemos dizer que nós estamos nos tornando agora mais latinoamericanizados do que nunca?

Levio: - Por fim, professora, no que você acha que a sociedade civil deveria se concentrar para superar essas ameaças e se fortalecer a longo prazo?

A sociedade civil é incapaz de se organizar porque não nasceu para isso. Nasceu para ser uma espécie de esfera de interações entre os indivíduos humanos. O que hoje chamamos de sociedade civil tem um caráter muito político, porque trata-se de uma sociedade composta por organizações, associações, interesses e até religião. Então, a sociedade civil é muito mais política - não no sentido do estado, uma vez que está fora - e não é apenas composta por interações morais e privadas entre os indivíduos e famílias como era no passado. As democracias mudam a sociedade civil e transformam-na em uma estrutura e espaço mais politizada.

Dentro da sociedade civil, podemos pensar em um tipo de renascimento da política. A

política de hoje é um negócio de poucas pessoas. Voltamos ao modelo de elite ou elites do início do século XX. Na verdade, há um renascimento de ideias e obras de Mosca, Pareto, Wright Mills, os conhecidos teóricos da elite estão de volta. Assim, as sociedades elitistas são muito fortes. Mas fora das elites, existe um público indiferenciado que segue ondas de opiniões de um líder ou outro. Há também aqueles que se voltam contra todos, no sentido de que contestam radicalmente toda forma de liderança. Pense em movimentos como “Podemos”, os “Indignatos” ou, no início dos anos 90, os “Girotonio”. Também na América Latina existem muitos movimentos como esses.

Certamente, não sabemos como lidar com as democracias representativas sem partidos. As democracias populistas são outro tipo de democracia. Baseiam-se em uma sociedade civil fluida, com movimentos que não estão estruturados como os partidos. Os movimentos precisam ser suficientemente elásticos para dar apoio aos líderes. Eles não podem controlar o líder, o líder tem que controlá-los. É por isso que os populistas não gostam de partidos organizados.

Se queremos que o pluralismo de nossas vozes seja melhor organizado ou capaz de ser ouvido dentro do sistema, a melhor maneira de isso acontecer talvez seja recriar os partidos. Abrir uma nova temporada de partidos políticos. Claro, tal situação não pode ser decidida pela vontade de alguém, porque os partidos não seguem o desejo de alguns líderes voluntaristas. Eles são as expressões das necessidades ou de momentos específicos da sociedade. Mas, atualmente vivemos um momento em que as democracias são mais hierárquicas, pelo menos no Estado, menos parlamentares e mais presidencialistas, menos coletivas e mais executivas. Portanto, mais autoritárias.

O que temos a fazer é proteger a nossa sociedade e a nós próprios da democracia executiva, plebiscitária ou populista. Talvez tenhamos que insistir mais na divisão do poder, talvez devamos insistir mais na organização dos indivíduos ou cidadãos. No nível local, as pessoas devem ser capazes de tornar suas próprias vozes efetivas.

Recentemente, eu estava pensando sobre o que marquês de Condorcet escreveu no final do século XVIII, na era da Revolução Francesa, quando criavam uma democracia representativa. Ele foi um dos primeiros inventores de algumas importantes instituições. Ele entendeu muito bem que em Estados grandes, no qual há momentos centrais de decisão, pois, mesmo em estados federados há necessidade de momentos de tomada de decisão, que estão baseadas em reuniões eleitorais, congressos e parlamento, etc., não pode haver entre elas e as pessoas um nada, um vazio. E a sociedade civil não é suficiente

apenas com igrejas e interessados, porque são organizações privadas. Precisa-se pensar na criação local de uma espécie de rede de “assembleias primárias”, Condorcet inventou esta fórmula. Mais especificamente, cada lugar com menos de 9.000 habitantes deveria ter uma sede, um lugar público, no qual as pessoas aprendessem. Haveria, assim, um momento de distribuição de informações do centro para a periferia e, ao mesmo tempo, as pessoas poderiam expressar sua visão e organizar suas reivindicações.

Isso é, com certeza, muito complexo. Mas serve apenas para mencionar o quão inventivos temos de ser em momentos de mudanças tão radicais, assim como Condorcet. Precisamos ter a capacidade de pensar: o que podemos fazer para organizar essa cidadania tão dispersa? Não podemos simplesmente ser convocados para eleições a cada poucos anos. Devemos ter também a capacidade de expressar e organizar nossas vozes. Não em domínio privado, como trabalhadores ou patriotas, mas em domínio público, como cidadãos. Condorcet acrescentou essa visão.

Talvez nesta situação de falta de voz política, as associações que são verdadeiramente democráticas precisam pensar em termos de imaginação institucional para criar modos de organização. Não é muito uma questão de mobilização, temos bastante disso. Essas mobilizações não são necessariamente estáveis ao longo do tempo e não estão autoprotégidas contra líderes ambiciosos que as manipulam. Devemos institucionalizar dentro do Estado e da nossa democracia. Afinal, a democracia é, em si mesma, um domínio público. Devemos ser capazes de estruturar a cidadania de modo que os cidadãos sejam parte dessa democracia, dos partidos, como no passado, e hoje os cidadãos não fazem parte dela e nem são capazes de fazê-lo.